

## CIDADE E REPRODUÇÃO SOCIAL

A lógica do capital e sua apropriação da cidade

Celso Severo da Silva<sup>1</sup>

Esdras Antônio Dantas<sup>2</sup>

**RESUMO:** O trabalho ora apresentado se propõe a produção de conhecimentos no âmbito da temática urbana, de modo especial às questões que reprodução social das cidades. Desta forma, partimos da premissa crítica de que a história urbana mundial, do ponto de vista do materialismo histórico, é marcada pelas relações sociais de produção, e em particular a propriedade dos meios de produção e de vida, onde determinam o lugar que ocupam os indivíduos na sociedade capitalista.

**Palavras-chave:** Capitalismo, Cidades, reprodução social e trabalho.

**ABSTRACT:** The work presented here aims to produce knowledge in the context of the urban, especially to questions of social reproduction cities. Therefore, starting from the critical assumption that the world's urban history, from the standpoint of historical materialism, is marked by the social relations of production, and in particular the ownership of the means of production and life, where they determine their place the individuals in capitalist society.

**Keywords:** Capitalism, Cities, reproduction and social work.

### INTRODUÇÃO

O contexto de análise da história urbana mundial, do ponto de vista do materialismo histórico, é marcado pelas relações sociais de produção, e em particular a propriedade dos meios de produção e de vida, onde determinam o lugar que ocupam os indivíduos na sociedade capitalista. É neste sentido, que analisando Marx, Harvey (2006, p.132), qualifica que “[...] a luta de classes entre capital e trabalho é tão fundamental, que, de fato, influencia todos outros aspectos da vida burguesa”. Assim, a mercadoria terra, funciona como base

<sup>1</sup> Estudante. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/Faculdade Estácio- Recife. ascelsosevero@gmail.com

<sup>2</sup> Estudante. Universidade Federal de Pernambuco – UFPE/Faculdade Estácio- Recife.



material primária do capital e também como reserva de valor, devido justamente a que seu preço é uma renda capitalista. Sendo assim Braz e Netto, explica que,

“[...] a mercadoria é um valor de uso que produz para a troca, para a venda; os valores de uso produzidos para o autoconsumo do produtor (o móvel que um marceneiro fabrica para uso sem sua própria casa) não são mercadorias – somente valores de uso que satisfaçam necessidades sociais (humanas) de outrem e, portanto, sejam requisitadas por outrem, constituem mercadoria; esta, pois, dispõe de uma dimensão que sempre vem vinculada ao seu valor de uso: a sua faculdade de ser trocada, vendida (o seu valor de troca). Assim, portanto, a mercadoria é uma unidade que sintetiza valor de uso e valor de troca” (BRAZ & NETTO, 2009, p. 80).

Neste contexto, podemos dizer que a terra é um bem limitado e não reproduzível, pois não se constitui do trabalho humano, não tem valor (trabalho socialmente necessário). Seu preço não é a expressão “monetária”, mas funciona como uma mercadoria ao ser adquirida, através do mecanismo de compra e venda, no mercado imobiliário, apresentando um preço que, apesar de não expressar monetariamente o valor, é uma materialização da propriedade privada, que realiza a renda obtida pelo proprietário fundiário.

Sendo assim, Lefebvre (2001, p. 59) nos lembra de que “[...] a cidade e o urbano não podem ser compreendidos sem as instituições oriundas das relações de classe e de propriedade”

A partir do apontamento feito pelo autor, e que compartilhamos, nossa perspectiva de análise tem o modo de produção capitalista e suas múltiplas manifestações como ponto de partida. Desta forma, o processo de produção do espaço e conseqüentemente das cidades, baseia-se no fato de que não existe o ser social sem trabalho e não existe trabalho sem reprodução de valor.

Nos estudos sobre o pensador húngaro George Lukács e a centralidade do Trabalho, Lessa (2002), diz que:

“[...] na investigação ontológica de Luckás, o conceito de trabalho comparece em acepção muito precisa: é a atividade humana que transforma a natureza nos bens necessários à reprodução social. Nesse preciso sentido, é a categoria trabalho que se efetiva fundante do mundo dos homens. É no e pelo trabalho que se efetiva o salto ontológico que retira a existência humana das determinações meramente biológicas. Sendo assim, não pode haver existência social sem trabalho”. (LESSA, 2002, p.27).



Mas aqui chamamos atenção para a distinção entre trabalho e trabalho abstrato, para Marx e Engels, onde o primeiro é uma atividade social mensurada pelo tempo de trabalho socialmente necessário e produtor de mais valia. O trabalho, ao contrário, é a atividade de transformação do real pela qual o homem constrói, concomitantemente, a si próprio como indivíduo e a totalidade social é partícipe.

A existência desta diferenciação e contextualizado a cidade Lefebvre (2001, p. 86) diz que ela “[...] é um espaço, um intermediário, uma mediação, um meio, o mais vasto dos meios, o mais importante. A transformação da natureza e da terra implica um outro lugar, um outro ambiente: a cidade”.

Neste processo o autor ainda complementa que:

“A cidade domina o campo, a sociedade vence a natureza inicial. A situação original se inverte com a ascensão da burguesia urbana. A cidade vai urbanizar o campo; a partir da idade média, este resultado considerável da história é incontestável” (LEFEBVRE, 2001, p.59).

Toda a ação de transformação da natureza, dentre elas a produção e reprodução do espaço é realizada pelo homem. Desta forma, não resta dúvida que a relação é social.

“A essência do espaço é social. Nesse caso, o espaço não pode ser apenas formado pelas coisas, os objetos geográficos, naturais e artificiais, cujo conjunto nos dá a natureza. O espaço é tudo isso, mais a sociedade: cada fração da natureza abriga uma fração da sociedade atual” (SANTOS, 1985, p.01).

A partir desse raciocínio, reposicionamos a análise dos elementos de constituição da cidade e do urbano, compreendendo que “[...] a sociedade só pode ser definida através do espaço, já que o espaço é o resultado da produção, uma decorrência de sua história – mais precisamente, da história dos processos produtivos impostos ao espaço pela sociedade” (SANTOS, 1985, p. 49).

Para efeito de análise sobre o espaço urbano nos reportaremos aos conceitos trabalhos por Milton Santos (1985, p.9), em que afirma que “[...] o conceito só é real na medida em que é real”. Onde na interpretação do autor, o espaço é uma atividade produtiva, tornando-se assim um algo que tem valor de uso e de troca, como uma mercadoria.



“O espaço, soma dos resultados da intervenção humana sobre a terra, é o formado pelo espaço construído que é também espaço produtivo, pelo espaço construído que é apenas uma expectativa, primeira ou segunda, de uma atividade produtiva, e ainda pelo espaço não construído, mas sustentável – face ao avanço da ciência e das técnicas e as necessidades econômicas e políticas ou simplesmente militares – de tornar-se um valor, não específico ou particular, mas universal, como os das mercadorias no mercado mundial” (SANTOS, 2004, p. 29-30).

Esse reconhecimento permite compreender a produção do espaço, articulada a história do capitalismo, pois sua dinâmica depende do movimento geral da sociedade. Onde o próprio movimento e complexidade da divisão do trabalho fazem com que a produção do espaço seja o resultado de múltiplas determinações. Pensar desta forma é afirmar que a produção espacial manifesta-se no contexto do cotidiano, onde o lugar é o resultado das relações humanas, entre homem e natureza. É através da atividade humana, ou seja, pelo trabalho humano, que as forças naturais vão se tornando produtiva, no processo de desenvolvimento da sociedade.

Santos (2002, p. 55) diz que o espaço se impõe através das condições que ele oferece para a produção, para a circulação, para a residência, para a comunicação, para o exercício da política, para o exercício das crenças, para o lazer e como as condições de viver bem.

A construção da ideia da produção capitalista do espaço como fenômeno social, ou seja, produto da ação do homem desdobra simultaneamente a relação das condições técnicas de produção e as necessidades do homem na sociedade. Conforme Santos (2002, p. 119) “[...] é o espaço que, afinal permite à sociedade global realizar-se como fenômeno”. Esse fato mostra a relevância política da esfera da reprodução social.

Desta forma George Luckás e suas análises sobre a reprodução social, vem a mostrar que, a reprodução seria em termos ontológicos, a transformação da natureza pelo homem, tendo em vista a sua constituição física e biológica, e que essa reprodução se desenvolve na natureza e que a práxis social dos homens, pelo trabalho, são as reais condições e materialização da reprodução social.

Portanto, a lógica do capital e sua apropriação do espaço baseiam-se na contradição capital x trabalho e suas manifestações na vida social, sendo assim produtora da



urbanização da sociedade, através do processo histórico de constituição da estrutura econômica e política das cidades.

## **I – Produção urbana no contexto das cidades**

A análise do urbano enquanto produção do homem permite-nos contextualizar que as cidades constituem-se como espaço de convivência, mesmo que seja conflituosa. Pois é nas cidades que sob o modo de produção capitalista o ser social, historicamente luta pela satisfação de necessidades individuais e coletivas, e que aparecem sob a forma de conflitos.

Portanto, o desenvolvimento do capitalismo, sobretudo numa formação socioespacial como a brasileira, marcada por profundas disparidades, só ampliou a dimensão e a diversidade dos conflitos urbanos, sejam eles implícitos ou explícitos.

Sendo assim, a densidade territorial, combinada com exiguidade territorial e grandes disparidades socioespaciais compõem um quadro adverso à satisfação simultânea das necessidades individuais e coletivas.

Assim, é o “cenário urbano que os conflitos de classe mais intensos por espaço urbano ocorrem no centro das cidades e nos principais entroncamentos urbanos” (DAVIS, 2006, p.106). Neste contexto, “[...] o urbano se baseia no valor de uso. Não se pode evitar o conflito” (LEVEBVRE, 2001, p.87).

Os diferentes sujeitos que compõem a cidade e sua urbanidade agem e competem em uma arena de conflitos, em que pese pela produção e reprodução do espaço urbano.

Como descreve Lefebvre,

“a própria cidade é uma obra, e esta característica contrasta com a orientação irreversível na direção do dinheiro, na direção do comércio, na direção das trocas, na direção dos produtos. Com efeito, a obra é valor de uso e produto é valor de troca. O uso principal da cidade, isto é, das ruas e das praças, dos edifícios e dos monumentos, é a Festa (que consome improdutivamente, sem nenhuma outra vantagem além do prazer e do prestígio enormes riquezas em objetos e em dinheiro” (LEFEBVRE, 2001, p. 12).





O crescimento das cidades e a problemática urbana são anteriores ao próprio desenvolvimento da sociedade industrial. No Brasil, é com a Lei de Terras em 1850, que se dá a institucionalização da propriedade privada no Brasil, com a separação da Igreja do Estado, sendo as cidades divididas em lotes, atitude necessária para transformar o solo urbano em mercadoria. É a partir deste momento que se dá a expansão das cidades brasileiras.

Vale lembrar, que o direito a propriedade privada em nosso país, é garantido desde a constituição de 1824.

É fato, que a Cidade, como aponta Bernardes (1996, p, 126), “[...] é por excelência um espaço construído, ou seja, um espaço de edificações indispensáveis ao abrigo de seus habitantes, dos bens que comercializa, produz e consome, dos serviços públicos e privados que é um dos fatores essenciais de sua existência”. E é neste contexto que o Recife inseriu-se na sua formação urbana.

Segundo Lima, em seus estudos sobre a cidade autoconstruída,

“O Recife cresceu, produziu um ajuntamento democrático, que criou e concentrou riqueza. No entanto, a riqueza produzida não absorveu os contingentes populacionais expulsos do campo, tampouco desenvolveu processos que incorporassem mecanismos de distribuição da riqueza produzida entre os grupos sociais ocupantes do seu território. Ao contrário, gerou uma constante população excedente, sustentada em acintosos processos de espoliação” (LIMA, 2005, p. 49).

Desta forma, as grandes cidades, como Recife, continuam atraindo um grande contingente populacional, devido a sua vocação de metrópole, e são os assentamentos precários (favelas, palafitas e ocupações) que se consolidam na maioria das vezes como opção de moradia para esta população. A mesma que é excluída do mercado formal do trabalho.

Pelegrino (2005) acrescenta que

“as cidades crescem e complexificam-se pela exigência de valorização do capital, na medida em que o capitalismo desenvolve-se e consolida-se. Nesse sentido, a urbanização, bem como a suburbanização, a favelização e a periferização, contém elementos fundantes da divisão social do trabalho e, igualmente, da divisão territorial do trabalho”, portanto, no âmbito do capitalismo, a moradia no espaço urbano é concebida e se materializa como atributo de valor de uso e valor de troca” (PELEGRINO, 2005, p. 79)

Sobre esses elementos, Marx explica em exemplo, que:



“O produto, de propriedade privada, é um valor de uso, fios, calçados etc. Mas, embora calçados sejam úteis á marcha da sociedade e nosso capitalista seja um decidido progressista, não fabrica sapatos por paixão aos sapatos. Na produção de mercadorias, nosso capitalista não é movido por puro amor aos valores. Produz valores - de - uso apenas por serem e enquanto forem substrato material, detentores de valor-de-troca (MARX, 1980 p. 210-211).

A orientação analítica de Silva (1989) pressupõe que o urbano e a moradia se circunscrevem no marco do sistema capitalista e que urbano

“é gerado pelas necessidades de reprodução do capital, e a questão habitacional dele decorrente, se constituem (sic) espaço de luta de classes, onde os movimentos sociais se estruturam como instância representativa das classes populares e o Estado, como instância contraditória, por situar-se nas relações entre as classes”(SILVA,1989, p. 13).

A mesma autora sustenta que

“o urbano se coloca como uma problemática concreta e determinada, por se constituir instância de reprodução do capital e reprodução das classes sociais, sendo que a lógica de sua construção histórica se responsabiliza por criar uma realidade concreta” (SILVA, 1989, p. 10).

Desta forma como com analisa Melo (1990), é no espaço urbano, que “se concentram os meios de produção, os meios de consumo coletivo e os meios de circulação material. Estes dois últimos formam as condições gerais da produção capitalista, indispensáveis à acumulação do capital e conseqüentemente, à reprodução da força de trabalho” (MELO, 1990, p. 27).

Neste sentido, a lógica do sistema capitalista em geral se funda em sua capacidade de manter as condições que garantam a existência de um certo padrão de relações de produção, e ao mesmo tempo, na constante reposição dos pressupostos que alimentam o próprio modo de produção capitalista.

## CONCLUSÃO

Entretanto, falar em reprodução das relações de produção implica considerar o papel do Estado nas sociedades capitalistas em sua dupla determinação: tanto a intervenção econômica do poder estatal é uma necessidade constante e crescente da reprodução capitalista, de modo particular no quadro da experiência brasileira, como essa intervenção tem de se dar em todos os níveis que implicam a manutenção do capitalismo, como é caso



das condições urbanas de vida. “O Estado capitalista não pode ser outra coisa que instrumento de dominação de classe, pois se organiza para sustentar a relação básica entre capital e trabalho” (HARVEY, 2006, p.84).

Pode-se perceber que a produção da urbanização contemporânea expande a acumulação fundiária urbana através da valorização imobiliária de áreas antes desvalorizadas. Assim, a valorização e a rentabilidade do solo urbano das periferias podem ser vistos como uma refração da acumulação capitalista contemporânea.

## REFERÊNCIAS

BERNARDES, Dênis. **Recife: O caranguejo e o viaduto**. Recife: Ed. Universitária – UFPE, 1996.

BRAZ, M.; NETTO, J.P. **Economia política: uma introdução crítica**. São Paulo: Cortez, 2009.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. São Paulo: Annablume, 2006.

LEFEBVRE, Henri. **O direito a cidade**. São Paulo: Centauro, 2001.

LESSA, Sérgio. **Mundo dos homens: Trabalho e ser social**. São Paulo: Boitempo, 2002.

LIMA, Rosa Maria Cortês de. **A cidade autoconstruída**. Tese (Doutorado) – Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. 2005.

MARX, Karl. **Crítica da Economia Política**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1980.

MELO, Norma Moura Lacerda de. **Estado, capital financeiro, espaço habitacional: o caso da Região Metropolitana do Recife**. Recife: Editora da UFPE, 1990.

PELEGRINO, Ana Izabel de Carvalho. Cidade, globalização e condições de vida em favelas no Rio de Janeiro. In: **Política de habitação popular e trabalho social**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005.

SANTOS, Milton. **Espaço e Método**. São Paulo: Nobel, 1985.

\_\_\_\_\_. **Pensando o espaço do homem**. São Paulo: Editora USP, 2004.





\_\_\_\_\_. **A natureza do espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção.** São Paulo: Editora USP, 2002.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira da. **Política Habitacional Brasileira: verso e reverso.** São Paulo: Cortez, 1989.

VOLOCHKO, Danilo. Sociedade Urbana e urbanização da sociedade: Elementos para a discussão sobre a problemática da cidade contemporânea. In: **Cidades: Revista científica.** São Paulo: Expressão Popular, 2008.

**Consulta ao texto traduzido:**

Ontologia em Gyorgy Lukács: Tradução: Prof.º Ivo Tonet (Universidade Federal de Alagoas )  
A partir de Per Uma Ontologia Dell' Essere Sociale